

A militarização da polícia como forma de construção do “ethos guerreiro” e consolidação do autoritarismo¹

Anayara Fantinel Pedroso*

Introdução

Frequentemente podem ser observadas graves violações aos direitos humanos e fundamentais através do uso da violência quando da atuação policial ostensiva. A análise de atos violentos é extremamente complexa, pois muitos significados e simbolismos estão envolvidos. Desta forma, a Criminologia Cultural propõe um estudo multidimensional para que se torne possível compreender as questões internas, subculturais e estruturais que envolvem a violência e às reações a ela.

Desta forma, o presente estudo busca questionar qual a influência da militarização das polícias estaduais para a construção de um *ethos* guerreiro? E de que forma contribui para consolidação de um autoritarismo policial? Para responder os questionamentos, faz-se necessário compreender como se dá o processo de militarização das polícias e a influência na construção deste *ethos* de guerreiro, além de analisar como ocorre a construção e negociação de significados do “ser policial militar” e a respectiva representação mediada.

O estudo é dividido em três momentos, primeiramente, pretende-se abordar as questões envolvendo a formação que é dada para os policiais militares dentro desta subcultura, o que compreende uma análise dos símbolos, das hierarquias e dos significados produzidos e negociados dentro do grupo. Para que, em um segundo momento, esta base teórica forneça subsídios para um estudo da possibilidade de construção de um *ethos* guerreiro quando da formação dos policiais militares, entrando na abordagem da Criminologia Cultural da Guerra e nos processos de essencialização presentes na atuação policial, o que compreende a necessidade de análise do plano micro da atuação destes. Por fim, busca-se analisar a possibilidade deste *ethos* guerreiro

¹ Este texto foi publicado nos anais do Sociology of Law 2021: crise sanitária e regulações democráticas (p. 586-603). Disponível em: <<http://svr-net20.unilasalle.edu.br/handle/11690/2807>>.

* Mestranda em Direito e Justiça Social na Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Bacharela em Direito pela Universidade Federal do Pampa.

E-mail: anayarafantinelpedroso@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4931636737843628>

e da militarização fornecerem subsídios para o crescimento do autoritarismo, bem como, pensar na possibilidade de desmilitarização como uma possibilidade de diminuição da violência estatal.

É possível concluir que o processo de formação de policiais militares está baseado em ideologias que constroem um “ethos guerreiro” e possui serventias identitárias como a preservação do autoritarismo através das construções de identidade policial pela militarização. Ressalta-se que esta ideologia busca preparar os guerreiros para a guerra, onde predominam processos de alterização e, conseqüentemente, as técnicas coletivas de neutralização, constituindo um campo aberto para a consolidação da violência quando da atuação policial ostensiva.

Braço forte, mão armada: a (re)construção da identidade policial pelo militarismo

Conforme o parágrafo 6º do artigo 144 da Constituição Federal, as Polícias Militares constituem enquanto forças auxiliares e reserva do Exército, motivo pelo qual a construção indenitária e formação dos ingressantes são conduzidas por metodologias militaristas. O Exército brasileiro é o responsável pelas questões envolvendo a organização, o ensino, a inteligência e a instrução das Polícias Militares. Neste sentido, há a exigência de que os regulamentos destas estejam de acordo com o disposto no regimento do Exército (SOARES, 2019).

Isso significa que a Polícia Militar adota um repertório simbólico do Exército brasileiro, havendo aqui, um atravessamento. Pois, trata-se do fato de uma instituição atravessar o núcleo essencial de outra. Desta forma, uma se torna referência para a outra na construção de ideologias e identidades (DE ALBUQUERQUE, 2001) e, conseqüentemente, na atuação cotidiana.

Este atravessamento se dá em decorrência da estruturação hierárquica entre Polícia Militar e Exército, pois existem duas frentes de comando dentro das polícias dos estados:

Há, portanto, duas cadeias de comando, duas estruturas organizacionais, convivendo no interior de cada Polícia Militar (PM), em cada estado da federação. Uma delas vertebrada a hierarquia ligando as praças aos oficiais, ao comandante geral da PM, ao secretário de Segurança e ao governador; a outra vincula o comandante geral da PM ao comandante do Exército, ao ministro da Defesa e ao presidente da República. Apesar da autoridade estadual sobre “orientação e planejamento”, a principal cadeia de comando é a que subordina as PMs ao Exército. Não é difícil compreender o primeiro efeito da duplicidade

assimétrica: as PMs estaduais constituem, potencialmente, poderes paralelos que subvertem o princípio federativo (SOARES, 2019).

Desta forma, a subcultura da Polícia Militar possui significados que são construídos e negociados no(s) campo(s) do Exército, onde identidades, valores, hierarquias e imagens são reproduzidos, devendo ser seguidos de maneira rígida desde a iniciação no grupo até os últimos momentos em que se fizer parte deste.

A partir da entrada do indivíduo na instituição da Polícia Militar, ele será forjado como militar. Seja através de regras, de costumes, das práticas diárias ou até mesmo do contato com os policiais mais velhos, haverá a formação do jovem policial. Sendo introduzidas, na própria subjetividade, as ideologias militares. Ou seja, ao ingressar na instituição, inicia-se a militarização subjetiva do indivíduo. E, da mesma forma que o indivíduo é moldado internamente pelo militarismo, ele o externalizará através das reações, moldando parte da sociedade através da atuação prática (GROTTI; BORDIN, 2020).

Ocorre que a formação destes jovens militares é pautada na violência. Pois, se delinea em metodologias militaristas, que contribuem para a construção de ideais que promovem e valorizam questões relacionadas à guerra nas ruas, utilização de armamento bélico, utilização da força, da virilidade, masculinidade e da superação. Esta pedagogia busca fortalecer crenças de que o sofrimento funciona enquanto mote para que os policiais possuam uma vontade bélica de defesa da sociedade (FRANÇA, 2015). Pois, possuem uma série de treinamentos que se pautam na vivência de tensões e frustrações por parte dos alunos, especialmente através da utilização de técnicas que estimulam a ansiedade e o medo (DE ALBUQUERQUE, 2001).

Estas metodologias envolvem, em um primeiro momento, o período em que os recrutas tornam-se alunos do curso de formação para Policial Militar, onde passam por diversas experiências a fim de que sejam testados e introduzidos ao *ethos* militarista. Este período possui um significado ritualístico, pois demarca a divisão entre dois mundos: o paisano e o militar (FRANÇA, 2015). Para que se tornem Policiais Militares e efetuem esta passagem de um mundo para o outro, precisam vencer os períodos intensos de treinamento, situação que envolve toda uma *performance* quase que heroica, especialmente diante das congratulações recebidas ao finalizar os períodos de adversidades do curso.

Estes períodos de treinamento envolvem a dinâmica da guerra em ambientes precários. Os alunos devem construir as bases, acampamentos que serão destinados para o descanso. As atividades são divididas por dias e os alunos em grupos. Algumas

envolvem jogos militares que estimulam o senso de equipe, a coragem e a superação dos próprios limites enquanto que outras envolvem a simulação da guerra, onde são criados confrontos bélicos entre os grupos rivais através de armas não letais. Aqueles que passam a ser considerados enquanto abatidos nestes confrontos, devem pagar através da punição pública diante dos demais colegas. Estas atividades possibilitam a demonstração da identidade da Polícia Militar, que passa a ser celebrada longe da cidade, em meio à selva. Os selváticos são aqueles que conseguem ultrapassar todos os desafios impostos em meio à selva, tornando-se heróis e guerreiros (DE ALBUQUERQUE, 2001).

Parte destes treinamentos são calcados no traquejo, termo designado para a prática de aprender dentro das academias militares diante da dor, do sofrimento, do rebaixamento. É através do traquejo que a antiga condição de civil é apagada do corpo dos recrutas e a forma com que se faz esse apagamento é através da dor. Tanto é que alguns corpos são marcados através de lesões, o que demonstra a identidade do ser policial que é transmitida através dos atos sádicos, muitas vezes, que reafirmam uma linha tênue existente entre o sadismo e o traquejo, já que há uma dificuldade na identificação do momento em que começa o sadismo nessas práticas. O sádico predomina em uma cultura machista e, especialmente na cultura militarista, sendo o recruta, o testemunha do poder do oficial, sobre o qual destina através do uso do poder, faz nascer naquele tal identidade, dando origem ao guerreiro (DE ALBUQUERQUE, 2001).

Há uma negociação simbólica de significados muito grande aqui, tanto no que tange à construção de uma identidade militarista nos recrutas, delineando a passagem de um mundo civil para o outro mundo militar, quanto na demonstração e fixação de hierarquia e poder dentro da subcultura através do próprio traquejo. Além disso, é de se ressaltar que o fato dos indivíduos passarem por situações de sofrimento como esta e por situações de simulação de guerra de forma conjunta contribuem para a construção de laços fraternos entre eles.

Ao cumprirem a missão, denota-se o afastamento dos paisanos, demonstrando a fixação de uma identidade contrativa típica dos membros do Exército, que distingue os mundos entre o “nós”, os militares, e o “eles”, os civis. Esta identidade é facilmente denotada, não apenas no modo de falar e agir, mas também nas demais questões que identificam a subcultura. Isso porque existem rígidos valores organizacionais que remetem à hierarquia e, inclusive, a forma de relação interpessoal entre os militares (LEIRNER, 1997).

Desta forma, os períodos de formação identitária dos recrutas e transição entre os dois mundos torna-se visível, pois se divide durante o período entre duas fases: a fase liminar que ocorre a partir do momento em que os valores inerentes ao espírito militar forem absorvidos, e vencida esta, estarão prontos para viver a fase de agregação, sendo este o momento em que serão aceitos ao quadro de membros efetivos da Polícia Militar (FRANÇA, 2015).

Diante deste quadro, percebe-se que a formação que é destinada aos ingressantes na Polícia Militar é delineada por metodologias militaristas, que corroboram para que a PM seja um braço do Exército. Contudo, trata-se de um braço que carrega armamentos de guerra no policiamento ostensivo.

A serventia identitária da formação militarista enquanto impulsionadora do *ethos guerreiro*

Como se pode perceber, há uma carga fluida de significados no que tange à formação de Policiais Militares, que irão envolver questões relacionadas à resistência, hierarquia, união e violência. Durante o período em que os alunos se submetem à sobrevivência nos campos há uma representação mediada do militarismo, onde circulam valores e significados que são típicos da subcultura e que contribuem para a construção de uma imagem militarizada do ser policial. As metodologias militaristas utilizadas nesta formação preparam os ingressantes para a guerra, utilizando-se, muitas vezes, da humilhação para introduzir ideologias militares na subjetividade dos alunos.

A metodologia militarista de formação de Policiais Militares utiliza-se de uma pedagogia do sofrimento como forma de considerar a necessidade e a legitimidade de utilização de força por parte dos futuros militares na atuação profissional, reafirmando assim, o *ethos guerreiro*. Esta pedagogia do sofrimento é naturalizada pelos coordenadores e instrutores, visto que se trata de uma forma “assimilável” de estabelecer limites e demonstrar o abismo hierárquico existente. Além disso, a vontade dos alunos em concluir o curso, diante destes sofrimentos enfrentados, fortalecem os valores culturais da instituição. Ou seja, consideram-se tais metodologias positivas, pois corroboram para que os futuros policiais aprendam a suportar privações, sejam elas físicas ou mentais, hipertrofiando assim, a determinação (FRANÇA, 2015).

E é justamente a hierarquia que irá delimitar como as relações são percebidas e realizadas dentro daquele grupo. Existem círculos hierárquicos que irão variar conforme o grau de hierarquia e funcionarão enquanto elo entre os militares, o que demonstrará a união, a camaradagem e a confiança existente dentro daquele

determinado círculo. Existem laços orgânicos que ligam os indivíduos pertencentes a um mesmo grupo devido terem a mesma posição funcional. Contudo, estes laços fraternos também podem existir entre aqueles indivíduos que não pertençam a um mesmo círculo, em se tratando de unidades de combate menores (LEIRNER, 1997).

A fraternidade que é criada entre os membros de determinada turma nos treinamentos é de suma importância quando deixam de ser recrutas, pois será o elo que manterá os indivíduos da corporação unidos. Sendo, portanto, um grupo que tiveram os laços fortalecidos na selva, na opressão hierárquica, onde construíram a fraternidade e cumplicidade. E essa união será levada também para fora da selva. E é nesta lógica que passam a compreender que a fraternidade possui um preço alto, mas o da traição é maior. E, tendo noção desta fraternidade existente, poderão oprimir e até exceder os limites dos regramentos, futuramente, pois confiarão nos laços já construídos (DE ALBUQUERQUE, 2001).

Urge ressaltar que a forma como as experiências vividas na guerra são capazes de reformular e fortalecer as relações de afinidade e identidade entre os grupos que a vivenciam, proporcionando a construção de um significado forte e superior aos ordenamentos. Aliado a isso, tem-se o senso de masculinidade que predomina entre os indivíduos que estão na guerra, ganhando ainda mais força a partir do momento em que a construção do significado se relaciona com atrações emocionais que são próprias da guerra (FERRELL; HAYWARD; YOUNG, 2019) e das simulações desta, como por exemplo, os campos de treinamento.

Essa fraternidade que é construída entre os membros de determinada turma militar, faz nascer o espírito da corporação e demonstra o *ethos* guerreiro existente entre aqueles que sobreviveram à selva. Demonstrando assim, que para sobreviver faz-se necessário manter este *ethos*, utilizando-se da agressividade e do próprio poder militar para que sejam encontradas as soluções para os problemas nos quais enfrentarem (DE ALBUQUERQUE, 2001).

As ideologias que são apreendidas pelos indivíduos e estes laços que são construídos entre os integrantes, fortalecem questões relacionadas à identidade e ao senso de pertencimento ao grupo. Ou seja, não fornecem apenas formas de compreender o mundo, mas também propósitos capazes de situar o lugar do indivíduo neste mundo, fortalecendo a identidade e fazendo com que as pessoas compreendam a necessidade de defender as causas deste grupo, bem como, os companheiros pertencentes a ele. Além desta certeza identitária e existencial, o grupo é capaz de fornecer um significado supremo final, no qual são elevados os significados de defender o considerado sagrado dentro daquele grupo, a ponto de tornar honrosas essas atitudes

de defesa. Ou seja, os indivíduos são compelidos a viver por um determinado propósito e morrer por ele, se preciso for (COTTEE; HAYWARD, 2011).

Contudo, muitas vezes o ingresso ou até mesmo a permanência na Polícia Militar pode estar relacionada a confusões identitárias subjetivas, proporcionadas, em grande medida, pelo contexto tardo-moderno, mas também, pelos próprios treinamentos militares em que, diante da humilhação sofrida, aumentam as inseguranças ontológicas. Desta maneira, os indivíduos encontram na excitação dos confrontos, formas de suprir determinados vazios existenciais, fortalecendo o *self*.

Para vivenciar situações que contenham risco e violência, faz-se necessário obter um autoconhecimento. Isso porque além da força física, faz-se necessário – diante das atividades a serem praticadas – o uso da inteligência. Além disso, nestes momentos são vivenciadas grandes emoções, nas quais devem ser superadas. Todas essas situações contribuem para o surgimento de um *lifestyle*. Essa busca por excitação está diretamente ligada com a busca de segurança ontológica. É uma forma de buscar significado existencial. Isso porque os riscos nos quais a violência se encontra interligada, têm a capacidade de despertar alguns sentimentos como a adrenalina, o que a torna excitante (FERRELL; HAYWARD; YOUNG, 2019).

Outra forma de buscar a segurança ontológica é através de processos de alterização. Pois, diante destas crises de identidade, busca-se formas de reafirmar o núcleo existencial de si mesmo e dos outros. E isso se dá através da utilização de um essencialismo capaz de fazer essas reafirmações. Ou seja, há o fortalecimento e hipervalorização de características do grupo no qual se pertence e uma diminuição dos grupos que não possuem essas mesmas características através da criação de estereótipos. Consequentemente este processo de alterização promove a violência a partir da desumanização (YOUNG, 2003).

Estes processos vão ocorrer de forma seletiva, utilizando-se da rotulação daqueles contra os quais os empreendedores morais irão se voltar (BECKER, 2008). Ou seja, os inimigos são previamente escolhidos para que os guerreiros iniciem a batalha. O fato de construir um inimigo ou considerar que este represente uma ameaça ao grupo e à sociedade, justificam o poder punitivo e o uso da força, mesmo que se trate de forças desproporcionais (ZAFFARONI, 2007). Desta forma, esses processos de essencializações funcionarão como facilitadores da violência, permitindo desumanizações e atuando enquanto técnicas de neutralização coletivas (FERREL; HAYWARD; YOUNG, 2019).

Esse uso da violência é fruto de uma denominada “febre de guerra”, que possui bases sólidas no denominado *ethos guerreiro*. Isso porque há uma necessidade interna

de valorização de algumas características típicas de quem se enquadra neste perfil, como a coragem, a força, o enérgico, a autoconfiança, a virilidade, dentre outras. Este perfil é, normalmente, reverenciado culturalmente em grande parte das sociedades, o que de certa forma, torna-se um estímulo. Desta forma, percebe-se que os grupos que possuem o *ethos* de guerreiro bem fortalecido, sempre exercerão as missões de forma tranquila, pois carregam orgulho de serem incumbidos de missões que consideram tão importante para o grupo e para si próprio. Pois, representa a retidão, a pureza ideológica e, principalmente, a posição assumida enquanto um herói imortal dentro daquele grupo. E aqui, através desta essencialização, a violência atuará como forma de combater as frustrações existenciais (COTTEE, HAYWARD, 2011).

O *ethos* de guerreiro é introduzido aos militares desde o momento em que ingressam na subcultura, onde são produzidos e negociados significados que vão envolver o grau hierárquico, a união, a fraternidade, a competitividade, a masculinidade hipertrofiada, a humilhação, dentre outros simbolismos que vão consolidar no indivíduo as marcas de um determinado grupo, preparando-o para a guerra nas simulações diárias de guerra e nos internatos realizados. Os jovens guerreiros são preparados durante um determinado período para que absorvam esses significados através de uma intensa convivência com o grupo sob as regras da subcultura, até absorverem por completo. A partir da absorção, o *ethos* guerreiro passa a fazer parte de um novo self. O indivíduo também já é diferente, pois carrega consigo parte dos valores assimilados, bem como, recordações das humilhações vividas.

A insegurança ontológica, em grande medida proporcionada pelo contexto tardo-moderno, torna-se vívida e, juntamente com as lembranças, fornecem um campo aberto para que processos de autoafirmação identitária aflorem. Aqui, passa haver uma ambiguidade sentimental, pois ao mesmo tempo em que a insegurança ontológica corrói os guerreiros, a noção do dever de fornecer a segurança para a sociedade domina a corrosão. Inicia-se uma guerra interna, onde a insegurança predominará. Em meio a estas guerras, a farda torna-se uma verdadeira armadura para que esta guerra seja enfrentada e um importante símbolo para a demonstração do poder – primeiramente sobre as inseguranças do *self* – e também, relacionadas ao (super)poder de proteção.

Ethos guerreiro e enlaces autoritários: desmilitarizar é preciso

Desta forma, percebe-se que as Polícias Militares são utilizadas enquanto força reserva do Exército, onde são transpassados valores, imagens, modelos organizacionais e identidades. Possuindo uma semelhante ordem hierárquica verticalizada. Ocorre que,

dentro de um Estado Democrático de Direito a atuação da Polícia deve ser diferente da atuação do Exército, pois deve buscar a proteção dos direitos e da liberdade dos indivíduos, promovendo a segurança e não gerando insegurança através da violência (SOARES, 2019) e de processos essencialistas.

Já que essa influência das metodologias militaristas na construção e negociação de significados relacionados ao “ser” policial militar implica uma dicotomia existente nessa formação, pois se está diante de uma corporação em que a missão identitária seria proteger e servir enquanto que na prática outras identidades se sobrepõem, como a do guerreiro (DE ALBUQUERQUE, 2001). O que a torna mais propícia para a prática de atos violentos.

Desmilitarizar significa romper com os laços que interligam as Polícias Militares ao Exército, o que inclui o fim da utilização de regimentos disciplinares por este utilizado no âmbito policial. Além disso, implica uma uniformização entre as polícias e, conseqüentemente, o fim da divisão de trabalhos. Ou seja, ambas as polícias seriam civis e buscariam investigar e prevenir de forma ostensiva a prática de delitos. O que não implicaria em uma unificação - algo que é inviável - mas o fim de uma divisão de atividades. Além disso, a desmilitarização implica no extermínio de graus diferenciados de carreiras, o que diminuiria a competitividade desigual entre os ocupantes de postos diferentes e, conseqüentemente, todos os elementos que envolvem esta forma de competição, como o tratamento hostilizado, por exemplo. Implica também no fim da diferenciação de salários, de graus de prestígio, possibilitando assim, uma igualdade de oportunidades de ascensão (SOARES, 2019).

É necessário rever o currículo das academias de Polícias Militares, de modo que as atividades propostas iniciem respeitando os direitos humanos dos recrutas, para que, futuramente, estes possam respeitar os direitos dos cidadãos (DE ALBUQUERQUE, 2001). Isso porque o tratamento que é destinado aos alunos se delinea na agressividade e humilhação, na busca de tentar prepará-los para a atuação ostensiva e absorverem a identidade militarista, contudo as práticas desumanas acabam corroborando para o aumento das inseguranças ontológicas, tornando estes indivíduos mais propícios para a prática de atos performativos através da violência e do autoritarismo.

Não deve haver mais espaço para as crenças institucionais que se pautam em uma perspectiva belicista que considera o sofrimento físico e psíquico enquanto uma necessidade básica para a formação de policiais que tenham a capacidade de defender a sociedade. Reforçando assim, o sofrimento enquanto forma de conquista em um universo majoritariamente masculino (FRANÇA, 2015). Pois, se essas práticas

permanecerem, os processos de alterização também permanecerão e a violência jamais será rompida, pois seguirá vertendo nas veias institucionais militaristas.

Contudo, para que seja possível pensar em uma universalidade da segurança pública é necessário observar a necessidade de alterações políticas e motivos substantivos. Isso porque, para que haja mudanças na Constituição, é imprescindível uma ampla adesão política das demandas defendidas. E de cunho substantivo porque se reconhece a necessidade de que alterações culturais e institucionais devem ser delineadas por justificativas que demonstrem a real necessidade destas alterações e, mais do que isso, crie-se condições para que se preserve a equidade (SOARES, 2019). Fazendo-se necessário, portanto, uma ampla participação popular.

Ocorre que as raízes autoritárias que ainda permeiam a sociedade impossibilitam uma ampla distinção entre as atividades policiais e militares e, conseqüentemente, dificultam a compreensão do que significa desmilitarizar. Desta forma, ressalta-se que deve ser dever da polícia garantir a segurança interna enquanto ao exército cabe a incumbência de proteger o Estado contra possíveis problemas externos. Sendo, portanto, lógico que o treinamento destinado a cada instituição seja diferente, o que não acontece (DA SILVEIRA, 2013).

Esta forma de organização e distribuição das Polícias Militares em conformidade com o Exército dificulta a relação com a sociedade civil e torna-se ineficiente para prevenir o crime (SOARES, 2019). Tanto é que os treinamentos se opõem a lógica da polícia cidadã (DE ALBUQUERQUE, 2001) e aproximam da lógica de guerra.

É de se ressaltar que houve diversas implementações de cursos relacionados à Segurança Pública, onde buscou-se proporcionar subsídios para formações críticas através de parcerias interinstitucionais com universidades, de forma que continuou havendo uma formação técnica e operacional militarista, mas acrescida de formações científicas e acadêmicas, necessárias para dar o aporte para a compreensão dos fenômenos sociais, culturais e históricos. Estas aproximações têm promovido a reflexão de forma ativa dos indivíduos que passam pela formação, possibilitando assim, mudanças de hábitos e de comportamentos calcadas na efetivação dos direitos humanos (SANTOS, 2017).

Ocorre que embora estes cursos buscam aproximar a formação dos policiais aos estudos críticos acerca dos direitos humanos e da violência, as alterações comportamentais proporcionadas podem ser vislumbradas apenas no campo comportamental individual, não se expandindo às corporações. Isso porque ao atuarem em conjunto, outros significados são negociados dentro da fraternidade existente no

grupo, que acabam impossibilitando a insurgência de um indivíduo contra os demais. Desta forma, o único caminho para romper com o autoritarismo e com a violência policial ostensiva é através da desmilitarização e do fim da utilização de metodologias militaristas que estimulem o *ethos* guerreiro e os processos essencialistas.

Considerações finais

Diante do exposto, vislumbra-se que a Polícia Militar adota um repertório simbólico do Exército, que se torna referência para a construção de ideologias e identidades daquela. Desta forma, as metodologias militaristas utilizadas para a formação de policiais militares baseiam-se na humilhação, no sofrimento e na violência como formas de introduzir as ideologias militares e autoritárias na subjetividade destes indivíduos. Estas formações valorizam a virilidade, a força, a masculinidade, a violência, a utilização de armamento bélico e as guerras. Contribuindo assim, para a construção de um *ethos* guerreiro.

O contexto tardo-moderno, bem como, as próprias humilhações que ocorrem na formação dos policiais proporcionam inseguranças ontológicas nestes indivíduos, que buscam formas de (re)afirmar o self através de experiências a serem vividas. Muitas vezes a própria permanência no contexto militarista pode ser a forma encontrada para buscar a segurança, já que este ambiente proporciona adrenalina, violência e excitação.

Essa segurança ontológica também é buscada através de processos de alterização, onde os indivíduos buscam a (re)afirmação do núcleo existencial de si e dos outros através da hipervalorização de características próprias e daqueles que lhes são semelhantes e diminuição e criação de estereótipos dos diferentes. E, conseqüentemente este processo de alterização promove a violência a partir da desumanização que funcionará enquanto técnica de neutralização coletiva, de modo que todo o grupo pratique atos violentos. De modo que, alterações comportamentais individuais não trarão resultados para a diminuição da violência, já que esta trata-se de um problema estrutural. Sendo, portanto, a desmilitarização, o único caminho possível para alterações positivas na segurança pública.

Referências

BECKER, Howard S. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.

COTTEE, Simon; HAYWARD, Keith. Terrorist (e) motives: The existential attractions of terrorism. **Studies in Conflict & Terrorism**, v. 34, n. 12, p. 963-986, 2011.

Criminologia periférica

A militarização da polícia como forma de construção do “ethos guerreiro” e consolidação do autoritarismo

DOI: 10.23899/9786589284369.4

DA SILVEIRA, Felipe Lazzari. **Reflexões sobre a desmilitarização e unificação das polícias brasileiras**. 2013.

DE ALBUQUERQUE, Carlos Linhares; MACHADO, Eduardo Paes. O currículo da selva: ensino, militarismo e ethos guerreiro nas academias brasileiras de polícia. **Capítulo Criminológico**, v. 29, n. 4, 2001.

FERRELL, Jeff; HAYWARD, Keith; YOUNG, Jock. **Criminologia cultural**: um convite. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

FRANÇA, Fábio Gomes; DE FARIAS GOMES, Janaína Letícia. " Se não aguentar, corra!": um estudo sobre a pedagogia do sofrimento em um curso policial militar. **Revista brasileira de segurança pública**, v. 9, n. 2, 2015.

GROTTI, Vycor Hugo Guaita; BORDIN, Marcelo. Hipermilitarização e letalidade policial: uma abordagem relacional. **Revista Direito e Democracia**, v. 7, p. 1-13, 2020.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Inovação no ensino policial**: história e lições. 2017.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar**: segurança pública e direitos humanos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta, volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 71-111, 1997.

YOUNG, Jock. Merton with energy, Katz with structure: The sociology of vindictiveness and the criminology of transgression. **Theoretical Criminology**, v. 7, n. 3, p. 389-414, 2003.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O inimigo no direito penal**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.